



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

TERMO DE REFERÊNCIA

01. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

Trata-se de processo administrativo que visa à aquisição de 05 (cinco) bicicletas elétricas, a ser realizado por meio de procedimento licitatório, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS do Município de Itapuã do Oeste/RO.

A presente contratação tem por finalidade garantir melhores condições de deslocamento aos profissionais que atuam nos serviços socioassistenciais, especialmente nas áreas urbanas do município, contribuindo para a ampliação da cobertura dos atendimentos, maior eficiência operacional e fortalecimento das ações desenvolvidas no território.

A iniciativa visa proporcionar maior autonomia aos servidores, permitindo a realização de visitas domiciliares, acompanhamento familiar, busca ativa e demais atividades externas com maior agilidade, regularidade e qualidade no atendimento à população em situação de vulnerabilidade social.

02. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, a fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se devidamente pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), que constitui apêndice deste Termo de Referência.

A presente contratação refere-se à aquisição de bicicletas elétricas, destinadas ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS.

3. MARCO LEGAL

Constituição Federal

Lei Federal n. 14.133/2021 e suas alterações; Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Decreto Municipal n. 2655, 29 de março de 2023; dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito do Município de Itapuã do Oeste -RO. Decreto Municipal n. 2657 de 30 de março de 2023.

04- CONTEXTUALIZAÇÃO LEGAL

A Constituição Federal através do art. 37 inciso XXI, estabelece os seguintes critérios precedentes as compras públicas:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação da EC 19/1998).

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O professor Marçal Justen Filho tece o seguinte comentário sobre a licitação:

"A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso o melhor negócio e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração."

O presente Termo de Referência tem como objeto demonstrar atendidas as condições previstas nas legislações acima descritas, em especial o Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII in verbis:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...)

5.ÓRGÃO DEMANDANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SEMAS

6.ÓRGÃO SOLICITANTES

O órgão demandante da futura aquisição é a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste/RO, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS, visando atender às demandas oriundas dos serviços e departamentos a ela vinculados

7.DO OBJETO DA PRETENDIDA AQUISIÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais permanentes, consistentes em bicicletas elétricas, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS do Município de Itapuã do Oeste/RO.

A contratação visa suprir as necessidades operacionais das equipes que atuam nos serviços socioassistenciais, especialmente no âmbito do Programa Criança Feliz, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), contribuindo para o desenvolvimento das atividades externas.

As bicicletas elétricas a serem adquiridas deverão proporcionar maior mobilidade, agilidade, segurança e eficiência no deslocamento dos profissionais durante a execução de visitas domiciliares, ações de busca ativa, acompanhamento familiar, atendimentos descentralizados e demais atividades inerentes às atribuições das equipes técnicas, especialmente em áreas rurais, vicinais e de difícil acesso.

Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas, condições de uso, desempenho, segurança e durabilidade estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às normas técnicas e legislações vigentes aplicáveis.

A contratação compreende, além do fornecimento das bicicletas elétricas, a entrega devidamente montadas, com todos os acessórios obrigatórios, manuais de uso, garantia do fabricante e demais itens necessários ao pleno funcionamento, conforme detalhamento constante nas especificações técnicas, observadas as condições, prazos e responsabilidades estabelecidas neste instrumento.

7.1.DESCRICÃO DETALHADA DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE
01	BICICLETA ELÉTRICA MOTOR DE 600W, BATERIAS 48V 20AH, SUPORTA 150KG, AUTONOMIA POR	Und.	05

	<p>CARGA 30 A 35KM, VELOCIDADE MÁXIMA 32KM/HR. Bicicleta elétrica equipada com motor de potência mínima de 600W, alimentada por bateria recarregável de 48V com capacidade de 20Ah. Deve possuir autonomia média por carga entre 30 km e 35 km, podendo variar conforme condições de uso, peso do condutor e tipo de terreno.</p> <p>O equipamento deve suportar carga mínima de até 150 kg, garantindo resistência estrutural e segurança durante a utilização. Velocidade máxima aproximada de até 32 km/h.</p> <p>Deve conter sistema de recarga bivolt, painel indicativo de nível de bateria, sistema de freios eficiente (preferencialmente a disco), iluminação dianteira e traseira, além de itens de segurança conforme normas vigentes.</p>		
--	---	--	--

08. VALOR TOTAL ESTIMADO

A aquisição realizar-se-á por meio de procedimento licitatório, adjudicando e homologando o objeto em favor da empresa vencedora do certame, assegurando-se o prévio empenho da despesa para a entrega do objeto.

o valor é de R\$ 28.725,95 (vinte e oito mil, setecentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos).

09. DA PROGRAMAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

9.1- AS DESPESAS DECORRENTES DA AQUISIÇÃO OCORRERÃO NAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Secretaria Municipal de Assistência Social pela seguinte classificação orçamentarias:

Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS -

Funcional Programática:

08.244.0008.2083.000 SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

08.243.0008.2080.000 Programa Primeira Infância no SUAS

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00- Equipamentos e Material Permanente

10- DA NATUREZA DO OBJETO

Os bens objeto da presente contratação, consistentes em bicicletas elétricas, são caracterizados como de natureza comum, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, conforme disposto no artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Consideram-se bens comuns aqueles cujas especificações são usuais no mercado, podendo ser comparados entre si de forma objetiva, sem a necessidade de adaptações específicas ou desenvolvimento personalizado.

Dessa forma, as bicicletas elétricas a serem adquiridas enquadram-se como bens comuns, uma vez que são amplamente disponíveis no mercado, com características padronizadas, possibilitando a realização de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, conforme a legislação vigente.

11- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente solução consiste na aquisição de 05 (cinco) bicicletas elétricas, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS do Município de Itapuã do Oeste/RO.

A contratação tem como finalidade garantir melhores condições de deslocamento aos profissionais vinculados aos serviços socioassistenciais, especialmente aqueles que atuam diretamente no território, como no Programa Criança Feliz, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de

Vínculos (SCFV) e no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), assegurando maior eficiência, segurança e continuidade das ações desenvolvidas.

As bicicletas elétricas proporcionarão maior autonomia aos visitantes, permitindo que cada profissional se desloque de forma independente para suas respectivas rotas de atendimento, otimizando o tempo de trabalho, ampliando a cobertura territorial e garantindo maior eficiência na execução das atividades socioassistenciais.

A solução proposta visa suprir a necessidade de deslocamento contínuo das equipes técnicas no território municipal, considerando que suas atribuições envolvem visitas domiciliares, acompanhamento familiar, busca ativa, ações socioeducativas, atendimentos descentralizados e articulação com a rede socioassistencial.

Nesse contexto, a utilização de bicicletas elétricas proporcionará maior mobilidade, agilidade e eficiência operacional, possibilitando:

- Ampliação da cobertura territorial das áreas atendidas;
- Redução do tempo de deslocamento entre residências e comunidades;
- Maior frequência e regularidade nos acompanhamentos familiares;
- Aumento da produtividade das equipes técnicas;
- Menor esforço físico dos servidores, favorecendo a ergonomia e a continuidade das atividades ao longo da jornada de trabalho;
- Facilidade de acesso a áreas com infraestrutura limitada.

Considerando a extensão territorial do Município de Itapuã do Oeste/RO, bem como suas características geográficas, incluindo áreas rurais, vias não pavimentadas e locais de difícil acesso, a utilização de bicicletas elétricas configura-se como solução tecnicamente adequada, economicamente viável e ambientalmente sustentável, apresentando baixo custo operacional, menor impacto ambiental e facilidade de manutenção.

Adicionalmente, a adoção desta solução contribui diretamente para:

- O fortalecimento da Política de Assistência Social;
- A melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população;
- A ampliação do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade aos serviços socioassistenciais;
- A otimização dos recursos públicos;
- A promoção de práticas sustentáveis no âmbito da administração pública.

Dessa forma, a aquisição das bicicletas elétricas configura-se como medida estratégica e necessária para assegurar melhores condições de trabalho às equipes da SEMAS, promovendo maior efetividade das ações socioassistenciais e impactos positivos na qualidade de vida da população atendida.

11.1 IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE:

A Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS possui a atribuição de planejar, coordenar e executar as ações da política pública de assistência social no âmbito do Município de Itapuã do Oeste/RO, as quais demandam atuação predominantemente externa das equipes técnicas que atuam diretamente no território.

Essas atividades envolvem deslocamentos frequentes e contínuos em áreas urbanas, e de difícil acesso, especialmente para a realização de visitas domiciliares, acompanhamento familiar, busca ativa, atendimentos descentralizados e execução de ações socioassistenciais no âmbito do Programa Criança Feliz, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

11.2 JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:

A aquisição de 05 (cinco) bicicletas elétricas pela Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS justifica-se pela necessidade de garantir meios adequados, eficientes e sustentáveis de deslocamento às equipes técnicas que atuam diretamente no território, cuja execução das atividades depende, de forma contínua, de deslocamentos externos.

As ações desenvolvidas pelos profissionais da assistência social, tais como visitas domiciliares, acompanhamento familiar, busca ativa, atendimentos descentralizados e execução de atividades no âmbito do Programa Criança Feliz, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de

Vínculos (SCFV) e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), exigem locomoção frequente, muitas vezes em áreas rurais, periféricas e de difícil acesso.

A inexistência ou insuficiência de meios de transporte adequados compromete a regularidade, a continuidade e a eficiência dos serviços socioassistenciais, impactando diretamente a cobertura territorial e a qualidade do atendimento prestado às famílias em situação de vulnerabilidade social, contrariando os princípios da eficiência e do interesse público.

Nesse contexto, a disponibilização de bicicletas elétricas configura-se como solução viável e vantajosa, uma vez que proporciona maior autonomia aos profissionais, permitindo o cumprimento de rotas com horários distintos, maior agilidade no deslocamento e ampliação da cobertura dos atendimentos, com menor custo operacional quando comparado a outros meios de transporte.

Adicionalmente, a adoção de bicicletas elétricas contribui para a racionalização dos recursos públicos, redução de despesas com combustível e manutenção, além de promover práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública.

Ressalta-se, ainda, que a aquisição de equipamentos novos assegura maior confiabilidade, durabilidade e redução de custos com manutenção corretiva, garantindo maior previsibilidade dos gastos e continuidade dos serviços prestados.

Dessa forma, a aquisição pretendida revela-se necessária, adequada e proporcional, estando alinhada às diretrizes da política pública de assistência social e aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, configurando-se como a solução mais vantajosa para a Administração Pública.

11.3 BENEFÍCIOS ESPERADOS:

A aquisição de bicicletas elétricas para a Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS do Município de Itapuã do Oeste/RO proporcionará os seguintes benefícios:

- **Ampliação da cobertura dos serviços socioassistenciais:** maior alcance das ações no território, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso;
- **Aumento da eficiência operacional:** redução do tempo de deslocamento e maior agilidade na execução das atividades externas;
- **Maior autonomia dos profissionais:** possibilitando o cumprimento de rotas com horários distintos e melhor organização do trabalho;
- **Melhoria na qualidade do atendimento:** maior regularidade nas visitas domiciliares e no acompanhamento das famílias;
- **Otimização dos recursos públicos:** redução de custos com transporte, combustível e manutenção;
- **Sustentabilidade ambiental:** diminuição da emissão de poluentes e incentivo ao uso de meios de transporte sustentáveis;
- **Melhoria das condições de trabalho:** proporcionando maior conforto, segurança e redução do esforço físico dos servidores.

11.4 CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO:

A contratação pretendida encontra-se plenamente alinhada ao ordenamento jurídico vigente, especialmente às disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação no âmbito da Administração Pública, observando-se, de forma integral, as etapas de planejamento, definição do objeto, estimativa de custos e escolha da modalidade licitatória mais adequada.

A aquisição de bicicletas elétricas enquadra-se como contratação de bens comuns, uma vez que apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, amplamente disponíveis no mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da referida legislação. Tal característica justifica a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, conforme previsto nos arts. 28, inciso II, e 29 da Lei nº 14.133/2021, garantindo maior competitividade, transparência e eficiência ao processo licitatório.

Ressalta-se que todo o procedimento observará rigorosamente os princípios expressos no art. 5º da mencionada lei, notadamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, isonomia, competitividade e julgamento objetivo, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A contratação está, ainda, em consonância com as diretrizes da política pública de assistência social, especialmente no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS),

contribuindo para o fortalecimento das ações socioassistenciais, ampliação da cobertura territorial e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade social. Ademais, serão observadas as normas pertinentes à gestão patrimonial, ao controle e à fiscalização dos bens públicos, bem como os mecanismos de transparência e controle externo, em conformidade com as orientações dos órgãos de controle interno e do Tribunal de Contas competente.

Diante do exposto, conclui-se que a presente contratação é juridicamente viável, tecnicamente adequada e alinhada ao interesse público, atendendo de forma plena às exigências legais e regulamentares aplicáveis, bem como aos princípios que regem a Administração Pública.

11.5 IMPACTO SOCIAL

A disponibilização das bicicletas elétricas proporcionará significativa melhoria na execução dos serviços socioassistenciais, ampliando a capacidade de atendimento das equipes e garantindo maior alcance territorial, especialmente em áreas de difícil acesso.

A medida contribuirá diretamente para o fortalecimento do acompanhamento familiar, permitindo maior frequência nas visitas domiciliares e respostas mais ágeis às demandas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, a iniciativa promove a inclusão social ao facilitar o acesso da população aos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, assegurando a efetivação de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Destaca-se, ainda, o impacto positivo nas condições de trabalho dos profissionais, proporcionando maior mobilidade, eficiência e segurança no desempenho de suas atividades, bem como a adoção de uma solução sustentável, alinhada a práticas ambientalmente responsáveis.

12- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

A empresa contratada deve proporcionar entrega dos materiais permanentes, parvigiência pelo período de 12 (doze) meses.

- A empresa contratada deverá fornecer bicicletas elétricas para atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência;
- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições de uso, conforme especificações, prazos e local definidos neste instrumento e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, contendo as informações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;
- O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- O licitante deverá declarar que possui pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do objeto da contratação;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor;
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto que apresentar avarias, defeitos ou não conformidades;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo estabelecido, devidamente comprovados;
- Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- Garantir os requisitos de qualidade, funcionamento e desempenho das bicicletas elétricas fornecidas durante toda a vigência do contrato, conforme estabelecido no edital e neste Termo de Referência.

13- MODELO DE EXECUÇÃO O OBJETO

A execução do objeto deverá observar as condições estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto aos prazos, local de entrega, especificações técnicas e critérios de recebimento.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes neste instrumento ou com as condições contratuais estabelecidas, conforme disposto no art. 140, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança e pleno funcionamento dos bens fornecidos, tampouco a responsabilidade civil e ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos do art. 140, §2º, da referida lei.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS, que verificará a conformidade do objeto com as especificações técnicas exigidas, podendo determinar correções, substituições ou demais providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

14- DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

Por se tratar de materiais de permanentes adquiridos através de Pregão Eletrônico, vetamos a subcontratação, por se tornar inviável para a Administração Pública.

15- LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

Os materiais solicitados deverão ser entregues no prédio da **Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste**, situado na Rua Ayrton Senna, 1425 - Setor centro, CEP: 76.861.000, horário das 07h30min às 13h30min horas, de segunda- feira à sexta-feira.

16- PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS

O prazo de entrega do objeto será de 15 (quinze) , após o envio da Nota de Empenho ou a assinatura do instrumento contratual, conforme a situação de necessidade da secretaria.

17- DA CONDIÇÃO DE ENTREGA

Os bens deverão ser entregues acompanhados da respectiva nota fiscal, sendo admitida a entrega de forma parcelada, desde que previamente justificada e autorizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS.

Os locais e prazos de entrega serão aqueles definidos nos itens correspondentes deste Termo de Referência.

Caso a contratada enfrente, comprovadamente, dificuldades para a entrega dos bens no prazo estabelecido, não será aplicada penalidade, desde que comunique formalmente à Contratante com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis antes do término do prazo originalmente fixado, apresentando justificativa circunstanciada.

A solicitação será analisada pela SEMAS, que deliberará quanto à possibilidade de prorrogação do prazo de entrega, observados os princípios da razoabilidade, interesse público e continuidade do serviço.

18- DO RECEBIMENTO

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de até 05 (cinco) dias, pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos bens, mediante a emissão de termo detalhado ou documento equivalente.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser realizada dentro do prazo fixado, considerar-se-á como efetivado o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela qualidade, segurança e pleno funcionamento dos bens fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O recebimento das bicicletas elétricas deverá observar, ainda, as diretrizes e condições estabelecidas no Plano de Trabalho, quando aplicável.

19. DA GARANTIA DO OBJETO

Por se tratar de materiais permanentes (bicicletas elétricas), a garantia do objeto deverá observar as condições estabelecidas pelo fabricante, bem como as disposições legais aplicáveis.

A CONTRATADA deverá prestar garantia técnica contra defeitos de fabricação, defeitos de materiais ou de manufatura, vícios aparentes ou ocultos, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos bens, sem prejuízo de garantia superior ofertada pelo fabricante.

Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá assegurar a substituição, reparo ou correção de quaisquer defeitos apresentados, sem ônus para a Administração.

Toda e qualquer peça ou componente substituído durante o período de garantia deverá ser novo, original de fábrica, sendo vedada a utilização de peças usadas, reconcondicionadas ou similares.

A garantia deverá ser prestada em conformidade com as disposições do Código de Defesa do Consumidor, assegurando a qualidade, durabilidade e pleno funcionamento dos bens fornecidos.

20- DO PAGAMENTO

O pagamento à Contratada será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir da regular liquidação da despesa, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, após a emissão da respectiva nota de liquidação pelo Setor de Almoxarifado e Patrimônio.

Concluída a liquidação, o processo administrativo será encaminhado ao Setor de Tesouraria para pagamento, mediante Ordem Bancária, observada a ordem cronológica legal.

Sendo que a Nota Fiscal/Fatura deverá conter o detalhamento dos materiais fornecidos, conforme a legislação vigente, e ser apresentada acompanhada, obrigatoriamente, dos documentos exigidos neste Termo de Referência abaixo:

a). Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b). Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c). Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

d). Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;

e). Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal.

Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido à Contratada para as devidas correções, ficando o pagamento suspenso até a regularização da situação. Nessa hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da reapresentação do documento devidamente corrigido, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

A devolução da Nota Fiscal/Fatura não aprovada não poderá ser utilizada como justificativa para interrupção do fornecimento por parte da Contratada.

Não será efetuado pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual, bem como irregularidade fiscal.

A Administração não efetuará pagamento de quaisquer encargos assumidos pela Contratada junto a terceiros, salvo nos casos de determinação judicial devidamente formalizada. Eventuais encargos financeiros, processuais ou outros decorrentes do descumprimento de prazos por parte da Contratada serão de sua exclusiva responsabilidade.

21- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Não se aplica, por não se tratar de obra ou serviços.

22- DA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

22.1. Na elaboração da proposta de preços, a licitante deverá considerar todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento integral do objeto da contratação, incluindo despesas com transporte, frete, carga e descarga, seguros, tributos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como quaisquer outros custos necessários ao cumprimento das obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e na proposta apresentada.

22.2. Os preços ofertados deverão estar inclusos todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, não sendo admitida, sob qualquer hipótese, a cobrança posterior de valores adicionais não previstos na proposta apresentada.

22.3. A empresa vencedora deverá assegurar que os preços apresentados contemplam todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto licitado, responsabilizando-se integralmente pela entrega dos bens em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatório.

22.4. Todas as despesas decorrentes de substituição de produtos que apresentarem defeitos, vícios, avarias ou inconformidades com as especificações técnicas correrão integralmente por conta da contratada, inclusive aquelas relacionadas ao transporte, logística ou quaisquer outros encargos, sem ônus adicional para a Administração.

22.5. Considerar-se-ão inclusos nos preços apresentados todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, ainda que não expressamente mencionados, garantindo-se a plena execução do objeto nas condições estabelecidas pela Administração.

23.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato , limitada ao quantitativo do item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato.
- h) Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) Estender aos contratos objeto do pregão, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
 - j) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência.
 - k) Responsabilizar-se Por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) Mesmo Não Sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) Manter Endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) Realizar cadastro no junto a Prefeitura para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital)

24.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação.

25.DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

25.1. MODO DE DISPUTA

Para o presente certame, a Administração Municipal opta pela adoção do Pregão Eletrônico, sob o critério de menor preço, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.024/2019, utilizando sistema eletrônico disponibilizado pelo governo federal, estadual ou municipal, garantindo ampla publicidade e participação.

O regime de execução será o de fornecimento de bens, **com possibilidade de entrega parcelada (entrega parcial), conforme a necessidade da Administração**, assegurando maior competitividade, com possibilidade de participação de fornecedores de todo o território nacional, além de promover:

- maior transparência e publicidade;
- economia de recursos públicos, com estímulo à disputa entre licitantes;
- melhor planejamento logístico e adequação às demandas da Administração.

26.JUSTIFICATIVA POR TER OU NÃO COTAS ME/EPP/MEI

Em atendimento ao disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a possibilidade de aplicação de tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI), especialmente quanto à reserva de cota de até 25% do objeto e à possibilidade de subcontratação.

Após análise das características da contratação, verificou-se que **não será aplicada reserva de cota exclusiva para ME/EPP/MEI**, nem exigida subcontratação, pelos fundamentos a seguir:

a) Natureza do objeto

O objeto da contratação refere-se à aquisição de bicicletas elétricas novas, com especificações técnicas definidas, garantia do fabricante e requisitos mínimos de qualidade, desempenho e segurança.

Embora se trate de bem comum, o fornecimento exige que a empresa possua capacidade técnica, logística e comercial para garantir a entrega adequada, assistência e cumprimento das condições contratuais, o que pode limitar a divisão do objeto em cotas sem prejuízo à execução.

b) Indivisibilidade do objeto

A contratação visa à aquisição de 05 (cinco) bicicletas elétricas destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS.

Nesse contexto, o objeto apresenta característica de **indivisibilidade técnica e administrativa**, considerando a necessidade de padronização dos equipamentos, uniformidade das especificações, facilidade de manutenção, reposição de peças e eficiência na gestão e utilização dos bens pelas equipes socioassistenciais.

A eventual divisão em cotas poderia comprometer a padronização e dificultar a gestão operacional dos equipamentos.

c) Garantia de ampla participação com tratamento favorecido

Ressalta-se que, embora não haja reserva de cota exclusiva, será assegurada a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais no certame, em igualdade de condições com os demais licitantes, desde que atendam às exigências do edital.

Serão garantidos os benefícios previstos na legislação vigente, especialmente:

- Preferência de contratação em caso de empate ficto, conforme arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;
- Prazo adicional para regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43 da referida lei.

Diante do exposto, conclui-se pela **não aplicação de reserva de cota de até 25% nem exigência de subcontratação de ME/EPP/MEI**, em razão da natureza e indivisibilidade do objeto, sem prejuízo da observância do tratamento diferenciado previsto em lei, garantindo-se a ampla participação e a competitividade no processo licitatório.

27. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo dos demais critérios estabelecidos na legislação pertinente, poderão participar da futura licitação as empresas que estiverem regulares com as certidões discriminadas no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 de 01 de Abril de 2021.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

28. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

28.1. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) **CNPJ** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- b) Cédula de identificação contendo **RG e CPF** dos sócios, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa;
- c) **Empresa individual** Registro Público de Empresa Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Ou;
- d) **Microempreendedor Individual MEI** - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- e) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI - Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País** - Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- g) **Sociedade simples** - inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- h) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- i) **Cooperativa** - ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- j) Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

28.2. REGULARIDADE FISCAL

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Tributos Estaduais (fins de licitação);
- c) Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

28.3. REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT, conforme [Lei Federal nº 12.440/2011](#)).

28.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

28.5. QUALIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DECLARAÇÕES

a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

29.DO CONTRATO

29.1. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

29.2. Prazo de contrato:

Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir de sua convocação, para assinar o Termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho, Carta Contrato, Autorização).

Os contratos administrativos terão a duração de 1 (um) exercício financeiro, e deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e as normas da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial conforme Art. 115 da referida Lei.

29.3. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

29.4. DOS CRITÉRIOS PARA REAJUSTE, REALINHAMENTO E REEQUILÍBRIO

Os Critérios de alteração dos Contratos deverão obedecer às cláusulas que regem as justificativas conforme Art. 124 da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021.

O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do [art. 107 desta Lei](#).

A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês conforme Art. 132 da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados. (Art. 134 da Lei 14.133 de 01 de Abril de 2021.)

29.5. RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão contratual poderá ter lugar de pleno direito se:

- a) Durante a vigência do instrumento de contrato, a empresa CONTRATADA, sustar, interromper, deixar de entregar os itens/produtos solicitados pela CONTRATANTE, de acordo com o entendimento preconizado na Lei Federal 14.133/21, de 1º de abril de 2021.
- b) Nos casos em que a empresa CONTRATADA receber da CONTRATANTE mais de 2 (duas) advertências formais, comunicando o não cumprimento da entrega dos materiais, sem justa causa, ou prévia comunicação a administração;
- c) A empresa CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão conforme Lei Federal nº 14.133/21.

29.6. Acompanhamento e Fiscalização:

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou seus substitutos designados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato registrará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e tomará as medidas necessárias para corrigir faltas ou defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

Situações que excedam a competência do fiscal do contrato serão prontamente comunicadas aos superiores para as devidas providências (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º). Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Ficam designados como gestor e fiscal deste contrato:

GESTOR SEMAS	FISCAL SEMSAU
NOME: Josicler Ribeiro da Silva	NOME: MELIA DE SOUZA VEIGA
CARGO: Coordenadora da Vigilância	CARGO: COORDENADORA DE ATIVIDADES DE DE REFERENCIA SOCIAL
MATRÍCULA: 7039	MATRÍCULA: 7064
EMAIL:semtasitapua2012@hotmail.com	EMAIL:semtasitapua2012@hotmail.com

A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em co-responsabilidade do município ou de seus propositos, devendo ainda o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

29.7. DA GESTÃO DO CONTRATO

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o

fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

29.8. Responsabilidades do Contratado:

O contratado será responsável por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas próprias custas, total ou parcialmente, o objeto do contrato conforme necessário (Lei nº 14.133/2021).

Responsabilidade direta do contratado por danos causados à Administração ou a terceiros durante a execução do contrato, sem prejuízo da fiscalização ou acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

29.9. Encargos e Certificações:

O contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

A inadimplência do contratado em relação a esses encargos não transferirá à Administração a responsabilidade pelo pagamento nem onerará o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

29.10. Comunicação e Formalidades:

Comunicações entre as partes devem ser realizadas por escrito, exceto em casos excepcionais em que o uso de mensagem eletrônica seja aceitável.

O órgão ou entidade contratante poderá convocar um representante da empresa para adoção imediata de providências necessárias.

29.11. Pagamento e Certidões:

Antes do pagamento da nota fiscal ou fatura, a situação da empresa junto ao SICAF deverá ser consultada.

Certidões exigidas incluem Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União, Créditos Tributários Estaduais, Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como Certidão de Débitos Municipais.

29.12. Subcontratação:

Fica vedada a subcontratação na entrega do material Permanente (veículo).

30. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Causar inexecução parcial do contrato.
- b) Causar inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, aos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Causar inexecução total do contrato.
- d) Deixar de apresentar a documentação exigida para o certame.
- e) Não manter a proposta, exceto por motivo superveniente devidamente justificado.
- f) Não celebrar o contrato ou não apresentar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo de validade da proposta.
- g) Causar atraso na execução ou entrega do objeto contratado sem justificativa.
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa durante o certame ou a execução do contrato.
- i) Fraudar a contratação ou agir fraudulentamente na execução do contrato.
- j) Comportar-se de maneira inidônea ou praticar fraude de qualquer natureza.
- k) atos ilícitos para frustrar os objetivos da contratação.
- l) Praticar ato lesivo conforme previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

30.1. Sanções:

- a) Advertência, quando a inexecução parcial do contrato não justificar penalidade mais grave.
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando ocorrerem as infrações das alíneas b, c, d, e, f e g, desde que não justifiquem sanção mais grave.

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nas infrações das alíneas h, i, j, k e l, assim como nas infrações das alíneas b, c, d, e, f e g que justifiquem sanção mais grave.

30.2. Multa:

- a) Moratória de 1% ao dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30 dias.
- b) Compensatória de 10% sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, ou sobre o valor da parcela inadimplida no caso de inexecução parcial.

30.3. Outras Disposições:

- a) A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.
- b) As sanções podem ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- c) Antes da aplicação da multa, será concedido ao responsável o direito à defesa em até 15 dias úteis.
- d) Se a multa e as indenizações superarem o valor devido pela Contratante ao Contratado, a diferença será cobrada judicialmente ou descontada da garantia prestada.
- e) A multa poderá ser recolhida administrativamente em até 30 dias após a comunicação da autoridade competente.
- f) A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo com garantia do contraditório e ampla defesa ao Contratado, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
- g) Na aplicação das sanções, serão consideradas a natureza, gravidade, circunstâncias agravantes ou atenuantes, danos para a Contratante e implantação de programa de integridade.
- h) As infrações administrativas serão apuradas e julgadas conjuntamente com os atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013.
- i) A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada em casos de abuso do direito, com entendimento das sanções aos administradores, sócios, pessoa jurídica sucessora ou empresa coligada ou controlada.
- j) A Contratante deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
- k) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação conforme o art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

31. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

As despesas decorrentes do presente processo poderão ocorrer à conta dos seguintes dotações orçamentárias

Funcional Programática: 08.243.0008.2080.0000 PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS
4.4.90.52.00 Equipamento e Material Permanente

4.4.90.52.00 Equipamento e Material Permanente
Contrapartida

32. DA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A escolha do pregão eletrônico para a aquisição de bicicletas elétricas é justificada por diversos fatores, incluindo eficiência, transparência, economicidade e conformidade legal, especialmente considerando sua utilização nas atividades do Programa Criança Feliz, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Eficiência e Agilidade no Processo

O pregão eletrônico permite maior celeridade na contratação, reduzindo prazos e burocracia.
· A plataforma digital amplia a participação de fornecedores, aumentando a competitividade e possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas.

Transparência e Impessoalidade

- O processo ocorre integralmente em ambiente eletrônico, com registro público de todas as etapas, garantindo transparência, controle social e rastreabilidade.

- Assegura a igualdade entre os licitantes, evitando favorecimentos indevidos.

Redução de Custos

- A ausência de deslocamentos físicos e a automatização das etapas reduzem custos operacionais.
- A disputa de lances em tempo real favorece a redução dos preços, garantindo economicidade à Administração.

Maior Número de Participantes

- Permite a participação de empresas de todo o território nacional, ampliando a concorrência e melhorando a qualidade das propostas apresentadas.

Segurança Jurídica

- O procedimento está fundamentado na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.024/2019, garantindo legalidade, transparência e respeito aos princípios administrativos.

- O registro eletrônico das etapas reduz riscos de impugnações e questionamentos.

Adequação às Atividades do Programa Criança Feliz

- As bicicletas elétricas serão utilizadas nas visitas domiciliares realizadas pelos visitantes do Programa Criança Feliz, facilitando o deslocamento em áreas urbanas e rurais do município.

- Proporcionam maior agilidade no atendimento às famílias acompanhadas, ampliando a cobertura territorial e a frequência das visitas.

- Contribuem para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, garantindo maior proximidade com as famílias em situação de vulnerabilidade social.

Especificações Técnicas Claras

- O edital poderá estabelecer requisitos como autonomia da bateria, tempo de recarga, potência, resistência, itens de segurança e garantia, assegurando que os equipamentos atendam plenamente às necessidades operacionais do programa.

Sustentabilidade

- A utilização de bicicletas elétricas reduz o consumo de combustíveis fósseis, contribuindo para a preservação ambiental e diminuição de custos com transporte.

- O processo eletrônico também reduz o uso de papel, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade previstas na Lei nº 14.133/2021.

33. DO REGISTRO DE PREÇOS

Observando como critério o menor preço, e estabelecendo como modalidades para realização a concorrência e o pregão, abordado no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, observados os critérios pré estabelecidos no diploma legal em comento, o Registro de Preços possui suas vantagens conforme discriminaremos a seguir.

a) Acelera a aquisição de produtos e serviços: Uma vantagem muito interessante do SRP em licitações é o fato de que ele possibilita a aquisição de produtos e serviços de forma muito mais rápida, diferentemente dos processos de licitação que não o utilizam, é mais fácil adquirir o que for necessário sem a necessidade de abrir editais a todo momento. Isso porque, como você já viu, as ofertas mais interessantes ficam disponíveis no registro, para quando a administração pública precisar, com isso, se ganha em tempo, devido à entrega mais acelerada dos bens ou serviços contratados.

b) Diminui a necessidade de licitações: Com certeza, este é um dos principais benefícios do SRP. Afinal, não precisar fazer diversos processos de licitação agiliza e facilita o trabalho, no caso de serviços e produtos recorrentes, se torna muito mais produtivo abrir um novo edital a cada vez que eles se fazem necessários. Com isso, é possível ir ao encontro do princípio da economicidade, visto que um processo

de licitação gera custos, além disso, com o SRP, é possível garantir maior transparência, bem como economizar recursos.

c) Evita problemas de armazenamento: Não é novidade que a administração pública costuma adquirir muitos produtos e em grande quantidade, pensando nisso, imagine se ela for comprar tudo de que precisa em uma única vez. Certamente, surgiria o problema de encontrar um espaço no qual pudesse armazenar tudo, dessa forma, ao utilizar o Sistema de Registro de Preços, a administração poderá adquirir os bens e serviços à medida que for necessário. Assim, é possível evitar problemas de estoque e o poder público não precisa gastar com o aluguel e a manutenção de um espaço maior, como um galpão logístico.

d) Aumenta a competitividade: Quando o órgão público opta por usar o SRP, automaticamente, ele consegue fazer com que aumente a competitividade. Isso porque, os licitantes que fizeram suas ofertas podem entrar em um acordo com a administração para oferecer seus serviços ou

produtos pelo valor igual ao do que venceu a licitação.

e) Economiza recursos: Outra vantagem do SRP é a possibilidade de o órgão público economizar recursos, pois não existe a obrigação de fazer uma reserva orçamentária prévia, afinal, neste caso, o sistema permanece à disposição do governo, de modo que não é preciso comprar novos lotes quando a demanda ultrapassa o pedido inicial. Com isso, essa é uma forma de economia, visto que o sistema permite que não seja necessário gastar com a abertura de novas licitações nem gastar ainda mais com a aquisição dos bens.

Resumindo, o órgão público não necessita realizar despesas antes de efetuar a compra dos itens de que necessita.

34. ESPECIFICIDADES DA LICITAÇÃO E DE SEU OBJETO, INCLUSIVE A QUANTIDADE MÁXIMA DE CADA ITEM QUE PODERÁ SER ADQUIRIDA.

A quantidade máxima a ser adquirida, por pedido, de cada item é de 100% da quantidade do item de acordo com o que está sendo registrado.

34.1. QUANTIDADES MÍNIMAS A SER COTADA

Não se aplica a possibilidade do fornecedor oferecer proposta/cotação em quantidade inferior ao previsto ao item em edital.

34.2. POSSIBILIDADE PREVER PREÇOS DIFERENTES

Não há possibilidade de prever preços diferentes nos itens, pois os objetos não serão entregues em locais diferentes, nem em razão da forma e acondicionamento, o local da entrega será o mesmo conforme demonstrado.

34.3 POSSIBILIDADES DE OFERECER PROPOSTA EM QUANTITATIVO INFERIOR AO MÁXIMO PREVISTO EM EDITAL

Fica vedado o licitante oferecer preço/proposta em quantitativo inferior ao solicitado por este órgão.

34.4. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

O critério de julgamento das propostas será o de Menor Preço por ITEM.

h) Por razão de interesse público;

i) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; o

j) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

34.5.DO CADASTRO RESERVA

Serão observadas as disposições constantes no Art. 18 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de Março de 2023 .

O Decreto nº 11.462/2023 trata principalmente de contratações, adotando a figura do "cadastro reserva" para fornecedores/vencedores (em caso de desistência ou necessidade de novas aquisições).

- Se o edital do pregão estabelecer um cadastro reserva de fornecedores (ex.: classificados em 2º, 3º lugar etc.), ele deve seguir princípios análogos ao Art. 18, como prazo de validade e critérios de convocação.

35. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quaisquer situações não contempladas neste pleito serão solucionadas de acordo com a legislação em vigor, com especial atenção à Lei nº 14.133/2021.

Qualquer modificação necessária neste Termo de Referência deverá receber autorização prévia da **Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS** deste Município.

Para esclarecimento de dúvidas relacionadas à execução da presente contratação, entrar em contato por meio dos seguintes canais:

Telefone: (69) 3231-2245, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS, localizada na Prefeitura Municipal, Rua Ayrton Senna nº 1425, durante o horário de expediente das 07h30 às 13h30 (horário de Rondônia).

E-mail: semtasitapua2012@hotmail.com

Colocamo-nos à disposição para prestar os esclarecimentos necessários.

36. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

Elaborado por :

Josicler Ribeiro da Silva
Coordenadora da Vigilância
Matricula:7039

Revisado por:

ANGÉLICA MACHADO BRITO MARTINS
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria nº 070/GAB-PMIO/2025

Aprovado por:

Idiznei Castro Martins
Prefeito Municipal

Rua Ayrton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55



Documento assinado eletronicamente por **JOSICLER RIBEIRO DA SILVA, COORDENADORA DA VIGILÂNCIA SÓCIOASSISTENCIAL**, em 05/05/2026 às 13:42, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANGELICA MACHADO BRITO MARTINS, SECRETÁRIO (a) MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, em 06/05/2026 às 10:13, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadoeste.ro.gov.br, informando o ID **511600** e o código verificador **C601EF12**.

Referência: [Processo nº 8-485/2026](#).

Docto ID: 511600 v1